

TUTÓIA-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUTÓIA - MARANHÃO

Técnico em Enfermagem

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001/2024

CÓD: SL-194AG-24
7908433263388

Português

1. Interpretação e Compreensão de Texto.....	7
2. Tipos e gêneros textuais: narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo, instrucionais, propaganda, editorial, cartaz, anúncio, artigo de opinião, artigo de divulgação científica, ofício, carta	8
3. Estrutura textual: progressão temática.....	16
4. parágrafo.....	17
5. frase, oração, período, enunciado	17
6. pontuação.....	20
7. coesão e coerência	22
8. Ortografia.....	23
9. Significados das palavras – Sinônimos, Antônimos, Parônimos e Homônimos; Denotação e Conotação	24
10. Pontuação	25
11. Acentuação Gráfica.....	25
12. emprego do sinal indicativo de crase.....	26
13. Flexão do substantivo	27
14. Figuras de linguagem	28
15. Emprego dos Pronomes.....	31
16. Regência nominal e verbal.....	33
17. Concordância nominal e verbal	35
18. Variedade linguística	36
19. formalidade e informalidade. formas de tratamento	37
20. propriedade lexical	40
21. adequação comunicativa	40
22. Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.....	41
23. Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.....	42

Conhecimentos Gerais

1. Aspectos geográficos, históricos, políticos e administrativos do Mundo, Brasil, Maranhão e do Município de Tutóia - MA	59
2. Atualidades históricas científicas, sociais, políticas, econômicas, culturais, ambientais e administrativas do Mundo, Brasil, Maranhão e do Município de Tutóia - MA	98

Conhecimentos Específicos

Técnico em Enfermagem

1. Atribuições na saúde pública; Saúde Pública; Enfermagem em Saúde Pública	99
2. Processo saúde- doença	101
3. Imunizações; Vacinas; Calendário de Vacinas	104
4. Vigilância epidemiológica	111
5. Atenção à saúde da criança e do adolescente, do adulto, da mulher e do idoso; Saúde da mulher; Saúde da criança; Saúde do adulto; Saúde do idoso	114

ÍNDICE

6. Noções de administração aplicada à enfermagem	121
7. Conhecimentos básicos inerentes as atividades do cargo	123
8. Didática aplicada à enfermagem.....	125
9. Ética e legislação em enfermagem: Princípios básicos de ética; Regulamentação do exercício profissional; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Implicações éticas e jurídicas no exercício da enfermagem	128
10. Técnicas básicas de enfermagem: Sinais vitais; Mensuração de altura e peso; Interpretações de sinais e sintomas.....	139
11. Assepsia e controle de infecção; Biossegurança; Higiene (esterilização, desinfecção)	153
12. Enfermagem materno-infantil: Assistência à gestante no período pré-natal, pré-parto, parto e puerpério; Complicações obstétricas; Recém-nascido normal e patológico; Crescimento e desenvolvimento da criança; Aleitamento materno; Doenças da Primeira Infância	159
13. Doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.....	194
14. Doenças infecto contagiosas; Vias de transmissão, profilaxia e cuidados de enfermagem relacionados a doenças transmissíveis e parasitárias.....	197
15. O programa de saúde da família	202
16. Vigilância à saúde: perfil epidemiológico, vacina, endemias e epidemias.....	206
17. Legislação da Saúde: Constituição Federal de 1988 (Título VIII- capítulo II- Seção II); Lei nº 8.142/1990 e Lei nº 8.080/1990	208
18. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde- NOB-SUS/1996	224
19. Norma Operacional da Assistência à Saúde- NOAS- SUS/2001	238
20. Norma Operacional da Assistência à Saúde/SUS- NOAS-SUS de 2002	250
21. Programa de Controle de Infecção Hospitalar	250
22. Lei Nº 10.507, de 10 de julho de 2002; O trabalho do agente comunitário de saúde	252
23. Conhecimentos inerentes ao ESF-Estratégia Saúde da Família.....	260
24. Administração de medicamentos (noções de farmacologia, cálculo para dosagem de drogas e soluções, vias de administração e cuidados na aplicação, venoclise).....	262
25. Prevenção de úlceras de pressão.....	268
26. Sondagens gástrica e vesical	269
27. Coleta de material para exames laboratoriais	270
28. Oxigenioterapia.....	274
29. Curativo.....	279
30. Administração de dieta oral, enteral, parenteral	284
31. Enfermagem médico-cirúrgica: Cuidados de enfermagem ao paciente com distúrbios endócrinos, cardiovasculares, pulmonares, autoimunes e reumatológicos, digestivos, neurológicos e do sistema hematopoiético	292
32. Preparo acondicionamento e métodos de esterilização e desinfecção de materiais; Material de laboratório	301
33. SUS; Programas Preventivos	312
34. Instrumentos cirúrgicos	314
35. Intoxicações; Fraturas; Coagulação; Hemorragias; Mordeduras e Picadas venenosas	323
36. Atendimento de emergência: parada cardiorrespiratória, corpos estranhos, intoxicações exógenas, estados convulsivos e comatosos, hemorragias, queimaduras, urgências ortopédicas.....	324

PORTUGUÊS

INTERPRETAÇÃO E COMPREENSÃO DE TEXTO

Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015
Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.
- (C) O direito à educação abrange todas as pessoas, deficientes ou não.
- (D) Os deficientes temporários ou permanentes devem ser incluídos socialmente.
- (E) “Educação para todos” inclui também os deficientes.

Comentário da questão:

Em “A” o texto é sobre direito à educação, incluindo as pessoas com deficiência, ou seja, inclusão de pessoas na sociedade. = afirmativa correta.

Em “B” o complemento “mais ou menos severas” se refere à “deficiências de toda ordem”, não às leis. = afirmativa incorreta.

Em “C” o advérbio “também”, nesse caso, indica a inclusão/adição das pessoas portadoras de deficiência ao direito à educação, além das que não apresentam essas condições. = afirmativa correta.

Em “D” além de mencionar “deficiências de toda ordem”, o texto destaca que podem ser “permanentes ou temporárias”. = afirmativa correta.

Em “E” este é o tema do texto, a inclusão dos deficientes. = afirmativa correta.

Resposta: Logo, a Letra B é a resposta Certa para essa questão, visto que é a única que contém uma afirmativa incorreta sobre o texto.

INFORMAÇÕES IMPLÍCITAS

Definição

Em contraste com as informações explícitas, que são expressas de forma direta no texto, as informações implícitas não são apresentadas da mesma maneira. Em muitos casos, para uma leitura eficaz, é necessário ir além do que está explicitamente mencionado, ou seja, é preciso inferir as informações contidas no texto para decifrar as entrelinhas.

Inferência: quer dizer concluir alguma coisa com base em outra já conhecida. Fazer inferências é uma habilidade essencial para a interpretação correta dos enunciados e dos textos. As principais informações que podem ser inferidas recebem o nome de subentendidas e pressupostas.

Informação pressuposta: é aquela que depende do enunciado para gerar sentido. Analise o seguinte exemplo: “Arnaldo retornará para casa?”, o enunciado, nesse caso, somente fará sentido se for levado em consideração que Arnaldo saiu de casa, pelo menos provisoriamente – e essa é a informação pressuposta.

O fato de Arnaldo encontrar-se em casa invalidará o enunciado. Observe que as informações pressupostas estão assinaladas por meio de termos e expressões expostos no próprio enunciado e implicam um critério lógico. Desse modo, no enunciado “Arnaldo ainda não retornou para casa”, o termo “ainda” aponta que o retorno de Arnaldo para casa é dado como certo pelo enunciado.

Informação subentendida: diversamente à informação pressuposta, a subentendida não é assinalada no enunciado, sendo, portanto, apenas uma sugestão, isto é, pode ser percebida como insinuações. O emprego do subentendido “camufla” o enunciado por trás de uma declaração, pois, nesse caso, ele não quer se comprometer com ela.

Em razão disso, pode-se afirmar que as informações são de responsabilidade do receptor da fala, ao passo que as pressupostas são comuns tanto aos falantes quanto aos receptores. As informações subentendidas circundam nosso dia a dia nas anedotas e na publicidade, por exemplo; enquanto a primeira consiste em um gênero textual cujo sentido está profundamente submetido à ruptura dos subentendidos, a segunda se baseia nos pensamentos e comportamentos sociais para produzir informações subentendidas.

TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS: NARRATIVO, DESCRITIVO, EXPOSITIVO, ARGUMENTATIVO, INSTRUCIONAIS, PROPAGANDA, EDITORIAL, CARTAZ, ANÚNCIO, ARTIGO DE OPINIÃO, ARTIGO DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA, OFÍCIO, CARTA

Definições e diferenciação: tipos textuais e gêneros textuais são dois conceitos distintos, cada um com sua própria linguagem e estrutura. Os tipos textuais se classificam em razão da estrutura linguística, enquanto os gêneros textuais têm sua classificação baseada na forma de comunicação.

Dessa forma, os gêneros são variedades existentes no interior dos modelos pré-estabelecidos dos tipos textuais. A definição de um gênero textual é feita a partir dos conteúdos temáticos que apresentam sua estrutura específica. Logo, para cada tipo de texto, existem gêneros característicos.

Como se classificam os tipos e os gêneros textuais

As classificações conforme o gênero podem sofrer mudanças e são amplamente flexíveis. Os principais gêneros são: romance, conto, fábula, lenda, notícia, carta, bula de medicamento, cardápio de restaurante, lista de compras, receita de bolo, etc.

Quanto aos tipos, as classificações são fixas, definem e distinguem o texto com base na estrutura e nos aspectos linguísticos.

Os tipos textuais são: narrativo, descritivo, dissertativo, expositivo e injuntivo. Resumindo, os gêneros textuais são a parte concreta, enquanto as tipologias integram o campo das formas, ou seja, da teoria. Acompanhe abaixo os principais gêneros textuais e como eles se inserem em cada tipo textual:

Texto narrativo: esse tipo textual se estrutura em apresentação, desenvolvimento, clímax e desfecho. Esses textos se caracterizam pela apresentação das ações de personagens em um tempo e espaço determinado. Os principais gêneros textuais que pertencem ao tipo textual narrativo são: romances, novelas, contos, crônicas e fábulas.

Texto descritivo: esse tipo compreende textos que descrevem lugares, seres ou relatam acontecimentos. Em geral, esse tipo de texto contém adjetivos que exprimem as emoções do narrador, e, em termos de gêneros, abrange diários, classificados, cardápios de restaurantes, folhetos turísticos, relatos de viagens, etc.

Texto expositivo: corresponde ao texto cuja função é transmitir ideias utilizando recursos de definição, comparação, descrição, conceituação e informação. Verbetes de dicionário, enciclopédias, jornais, resumos escolares, entre outros, fazem parte dos textos expositivos.

Texto argumentativo: os textos argumentativos têm o objetivo de apresentar um assunto recorrendo a argumentações, isto é, caracteriza-se por defender um ponto de vista. Sua estrutura é composta por introdução, desenvolvimento e conclusão. Os textos argumentativos compreendem os gêneros textuais manifesto e abaixo-assinado.

Texto injuntivo: esse tipo de texto tem como finalidade orientar o leitor, ou seja, expor instruções, de forma que o emissor procure persuadir seu interlocutor. Em razão disso, o emprego de verbos no modo imperativo é sua característica principal. Pertencem a este tipo os gêneros bula de remédio, receitas culinárias, manuais de instruções, entre outros.

Texto prescritivo: essa tipologia textual tem a função de instruir o leitor em relação ao procedimento. Esses textos, de certa forma, impedem a liberdade de atuação do leitor, pois decretam que ele siga o que diz o texto. Os gêneros que pertencem a esse tipo de texto são: leis, cláusulas contratuais, editais de concursos públicos.

— Introdução

Os gêneros textuais são estruturas essenciais para a comunicação eficaz. Eles organizam a linguagem de forma que atenda às necessidades específicas de diferentes contextos comunicativos. Desde a antiguidade, a humanidade tem desenvolvido e adaptado diversas formas de expressão escrita e oral para facilitar a troca de informações, ideias e emoções.

Na prática cotidiana, utilizamos gêneros textuais diversos para finalidades variadas. Quando seguimos uma receita, por exemplo, utilizamos um gênero textual específico para a instrução culinária. Ao ler um jornal, nos deparamos com gêneros como a notícia, o editorial e a reportagem, cada um com sua função e características distintas.

Esses gêneros refletem a diversidade e a complexidade das interações humanas e são moldados pelas necessidades sociais, culturais e históricas.

Compreender os gêneros textuais é fundamental para a produção e interpretação adequadas de textos. Eles fornecem uma moldura que orienta o produtor e o receptor na construção e na compreensão do discurso. A familiaridade com as características de cada gênero facilita a adequação do texto ao seu propósito comunicativo, tornando a mensagem mais clara e eficaz.

— Definição e Importância

Gêneros textuais são formas específicas de estruturação da linguagem que se adequam a diferentes situações comunicativas. Eles emergem das práticas sociais e culturais, variando conforme o contexto, o propósito e os interlocutores envolvidos. Cada gênero textual possui características próprias que determinam sua forma, conteúdo e função, facilitando a interação entre o autor e o leitor ou ouvinte.

Os gêneros textuais são fundamentais para a organização e a eficácia da comunicação. Eles ajudam a moldar a expectativa do leitor, orientando-o sobre como interpretar e interagir com o texto. Além disso, fornecem ao autor uma estrutura clara para a construção de sua mensagem, garantindo que esta seja adequada ao seu propósito e público-alvo.

Exemplos:

Receita de Culinária:

- Estrutura: Lista de ingredientes seguida de um passo a passo.
- Finalidade: Instruir o leitor sobre como preparar um prato.
- Características: Linguagem clara e objetiva, uso de imperativos (misture, asse, sirva).

Artigo de Opinião:

- Estrutura: Introdução, desenvolvimento de argumentos, conclusão.
- Finalidade: Persuadir o leitor sobre um ponto de vista.
- Características: Linguagem formal, argumentos bem fundamentados, presença de evidências.

Notícia:

- Estrutura: Título, lead (resumo inicial), corpo do texto.
- Finalidade: Informar sobre um fato recente de interesse público.
- Características: Linguagem objetiva e clara, uso de verbos no passado, presença de dados e citações.

Importância dos Gêneros Textuais:

Facilitam a Comunicação:

Ao seguirem estruturas padronizadas, os gêneros textuais tornam a comunicação mais previsível e compreensível. Isso é particularmente importante em contextos formais, como o acadêmico e o profissional, onde a clareza e a precisão são essenciais.

Ajudam na Organização do Pensamento:

A familiaridade com diferentes gêneros textuais auxilia na organização das ideias e na construção lógica do discurso. Isso é crucial tanto para a produção quanto para a interpretação de textos.

Promovem a Eficácia Comunicativa:

Cada gênero textual é adaptado a uma finalidade específica, o que aumenta a eficácia da comunicação. Por exemplo, uma bula de remédio deve ser clara e detalhada para garantir a correta utilização do medicamento, enquanto uma crônica pode usar uma linguagem mais poética e subjetiva para entreter e provocar reflexões.

Refletem e Moldam Práticas Sociais:

Os gêneros textuais não apenas refletem as práticas sociais e culturais, mas também ajudam a moldá-las. Eles evoluem conforme as necessidades e contextos sociais mudam, adaptando-se a novas formas de comunicação, como as mídias digitais.

Compreender os gêneros textuais é essencial para uma comunicação eficiente e eficaz. Eles fornecem estruturas que ajudam a moldar a produção e a interpretação de textos, facilitando a interação entre autor e leitor. A familiaridade com diferentes gêneros permite que se adapte a linguagem às diversas situações comunicativas, promovendo clareza e eficácia na transmissão de mensagens.

— Tipos de Gêneros Textuais

Os gêneros textuais podem ser classificados de diversas formas, considerando suas características e finalidades específicas. Abaixo, apresentamos uma visão detalhada dos principais tipos de gêneros textuais, organizados conforme suas funções predominantes.

Gêneros Narrativos

Os gêneros narrativos são caracterizados por contar uma história, real ou fictícia, através de uma sequência de eventos que envolvem personagens, cenários e enredos. Eles são amplamente utilizados tanto na literatura quanto em outras formas de comunicação, como o jornalismo e o cinema. A seguir, exploramos alguns dos principais gêneros narrativos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

• Romance

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Longa, permitindo um desenvolvimento detalhado dos personagens e das tramas.
- **Personagens:** Complexos e multifacetados, frequentemente com um desenvolvimento psicológico profundo.
- **Enredo:** Pode incluir múltiplas subtramas e reviravoltas.
- **Cenário:** Detalhado e bem desenvolvido, proporcionando um pano de fundo rico para a narrativa.
- **Linguagem:** Variada, podendo ser mais formal ou informal dependendo do público-alvo e do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter e envolver o leitor em uma história extensa e complexa.
- Explorar temas profundos e variados, como questões sociais, históricas, psicológicas e filosóficas.

Exemplo:

- “Dom Casmurro” de Machado de Assis, que explora a dúvida e o ciúme através da narrativa do protagonista Bento Santiago.

• **Conto**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta e concisa.
- **Personagens:** Menos desenvolvidos que no romance, mas ainda significativos para a trama.
- **Enredo:** Focado em um único evento ou situação.
- **Cenário:** Geralmente limitado a poucos locais.
- **Linguagem:** Direta e impactante, visando causar um efeito imediato no leitor.

Finalidade:

- Causar impacto rápido e duradouro.
- Explorar uma ideia ou emoção de maneira direta e eficaz.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que narra a história do Dr. Simão Bacamarte e sua obsessão pela cura da loucura.

• **Fábula**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta.
- **Personagens:** Animais ou objetos inanimados que agem como seres humanos.
- **Enredo:** Simples e direto, culminando em uma lição de moral.
- **Cenário:** Geralmente genérico, servindo apenas de pano de fundo para a narrativa.
- **Linguagem:** Simples e acessível, frequentemente com um tom didático.

Finalidade:

- Transmitir lições de moral ou ensinamentos éticos.
- Entreter, especialmente crianças, de forma educativa.

Exemplo:

- “A Cigarra e a Formiga” de Esopo, que ensina a importância da preparação e do trabalho árduo.

• **Novela**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Intermediária entre o romance e o conto.
- **Personagens:** Desenvolvimento moderado, com foco em um grupo central.
- **Enredo:** Mais desenvolvido que um conto, mas menos complexo que um romance.
- **Cenário:** Detalhado, mas não tão expansivo quanto no romance.
- **Linguagem:** Pode variar de formal a informal, dependendo do estilo do autor.

Finalidade:

- Entreter com uma narrativa envolvente e bem estruturada, mas de leitura mais rápida que um romance.
- Explorar temas e situações com profundidade, sem a extensão de um romance.

Exemplo:

- “O Alienista” de Machado de Assis, que também pode ser classificado como novela devido à sua extensão e complexidade.

• **Crônica**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Curta a média.
- **Personagens:** Pode focar em personagens reais ou fictícios, muitas vezes baseados em figuras do cotidiano.
- **Enredo:** Baseado em eventos cotidianos, com um toque pessoal e muitas vezes humorístico.
- **Cenário:** Cotidiano, frequentemente urbano.
- **Linguagem:** Coloquial e acessível, com um tom leve e descontraído.

Finalidade:

- Refletir sobre aspectos do cotidiano de forma leve e crítica.
- Entreter e provocar reflexões no leitor sobre temas triviais e cotidianos.

Exemplo:

- As crônicas de Rubem Braga, que capturam momentos e reflexões do cotidiano brasileiro.

• **Diário**

Estrutura e Características:

- **Extensão:** Variável, podendo ser curto ou extenso.
- **Personagens:** Focado no autor e nas pessoas ao seu redor.
- **Enredo:** Narrativa pessoal e introspectiva dos eventos diários.
- **Cenário:** Variável, conforme as experiências do autor.
- **Linguagem:** Informal e íntima, muitas vezes refletindo os pensamentos e sentimentos do autor.

Finalidade:

- Registrar eventos e emoções pessoais.
- Servir como uma ferramenta de auto-reflexão e autoconhecimento.

Exemplo:

- “O Diário de Anne Frank,” que narra as experiências de uma jovem judia escondida durante a Segunda Guerra Mundial.

Os gêneros narrativos desempenham um papel crucial na literatura e na comunicação em geral. Eles permitem que histórias sejam contadas de maneiras variadas, atendendo a diferentes propósitos e públicos. Conhecer as características e finalidades de cada gênero narrativo é essencial para a produção e interpretação eficazes de textos, enriquecendo a experiência literária e comunicativa.

Gêneros Descritivos

Os gêneros descritivos são caracterizados pela ênfase na descrição detalhada de objetos, pessoas, lugares, situações ou processos. O objetivo principal desses textos é pintar uma imagem vívida na mente do leitor, permitindo que ele visualize e compreenda melhor o assunto descrito. A seguir, exploramos os principais gêneros descritivos, destacando suas características, estruturas e finalidades.

CONHECIMENTOS GERAIS

ASPECTOS GEOGRÁFICOS, HISTÓRICOS, POLÍTICOS E ADMINISTRATIVOS DO MUNDO, BRASIL, MARANHÃO E DO MUNICÍPIO DE TUTÓIA - MA

BRASIL

AS REGIONALIZAÇÕES DO TERRITÓRIO BRASILEIRO¹

A **regionalização** pode ser entendida como a divisão de um território em áreas que apresentam características semelhantes, de acordo com um critério preestabelecido pelo grupo de pessoas responsáveis por tal definição: aspectos naturais, econômicos, políticos e culturais, entre tantos outros.

Portanto, regionalizar significa identificar determinado espaço como uma unidade que o distingue dos demais lugares o seu redor.

A divisão de um território em regiões auxilia no planejamento das atividades do poder público, tanto nas questões sociais quanto econômicas, já que permite conhecer melhor aquela porção territorial.

O governo e as entidades privadas podem executar projetos regionais, considerando o número de habitantes de cada região, as condições de vida de sua população, as áreas com infraestrutura precária de abastecimento de água, esgoto tratado, energia elétrica, entre outros.

Os Critérios de Divisão Regional do Território

O Brasil é um país muito extenso e variado. Cada lugar apresenta suas particularidades e existem muitos contrastes sociais, naturais e econômicos.

Como cada região diferencia-se das demais com base em suas características próprias, a escolha do critério de regionalização é muito importante.

Um dos critérios utilizados para regionalizar o espaço pode ser relacionado a aspectos naturais, como clima, relevo, hidrografia, vegetação, etc.

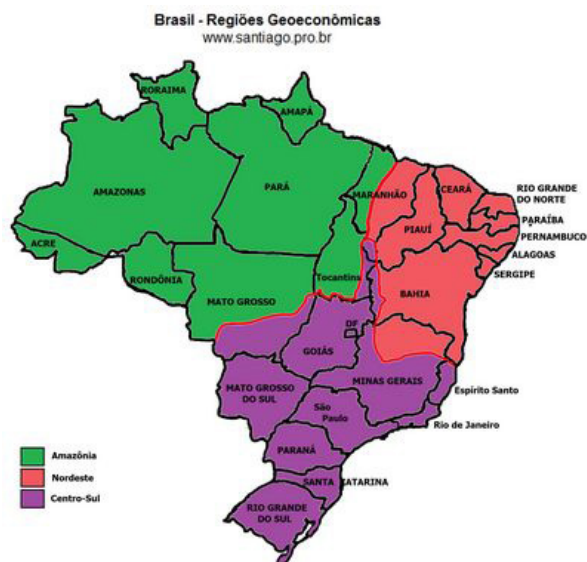
A regionalização também pode ser feita com base em aspectos sociais, econômicos ou culturais. Cada um apresenta uma série de possibilidades: regiões demográficas, uso do solo e regiões industrializadas, entre outras.

As Regiões Geoeconômicas

A fim de compreender melhor as diferenças econômicas e sociais do território brasileiro, na década de 1960, surgiu uma proposta de regionalização que dividiu o espaço em **regiões geoeconômicas**, criada pelo geógrafo Pedro Geiger.

Nessa regionalização, o critério utilizado foi o nível de desenvolvimento, características semelhantes foram agrupadas dentro da mesma região. De acordo com esse critério, o Brasil está dividido em três grandes regiões: **Amazônia, Nordeste e Centro-Sul**, como pode observar-se no mapa a seguir.

Brasil: regiões geoeconômicas



Elaborado por: Santiago Alves de Siqueira - www.santiago.pro.br

http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/uploads/5/normal_brasilgeoeconomico.jpg

Os limites da **Amazônia** correspondem à área de cobertura original da Floresta Amazônica. Essa região é caracterizada pelo baixo índice de ocupação humana e pelo extrativismo vegetal e mineral.

Nas últimas décadas, a Amazônia vem sofrendo com o desmatamento de boa parte de sua cobertura original para a implantação de atividades agropecuárias, como o cultivo de soja e a criação de gado.

A **região Nordeste** é tradicionalmente caracterizada pela **grande desigualdade socioeconômica**. Historicamente, essa região é marcada pela presença de uma forte elite composta basicamente por grandes proprietários de terra, que dominam também o cenário político local.

¹ FURQUIM Junior, Laercio. *Geografia cidadã. 1ª edição*. São Paulo: Editora AJS, 2015.

TERRA, Lygia. *Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil* – Lygia Terra; Regina Araújo; Raul Borges Guimarães. 2ª edição. São Paulo: Moderna, 2013.

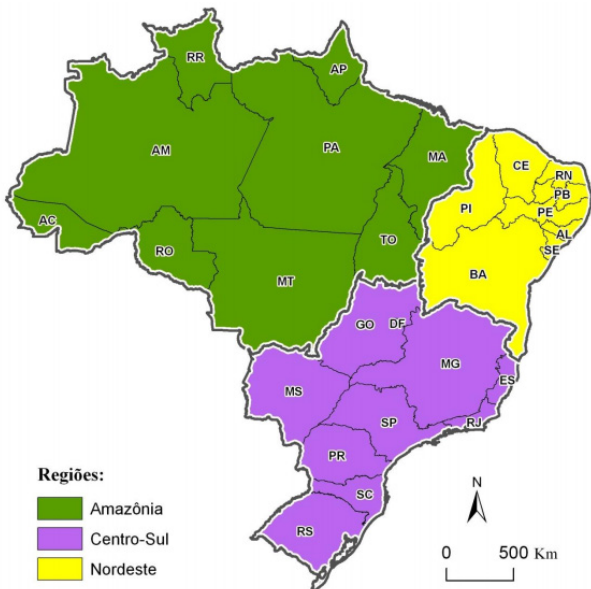
A região Centro-Sul é marcada pela concentração industrial e urbana. Além disso, apresenta elevada concentração populacional e a maior quantidade e diversidade de atividades econômicas.

Essa proposta de divisão possibilita a identificação de desigualdades socioeconômicas e de diferentes graus de desenvolvimento econômico do território nacional.

Seus limites territoriais não coincidem com os dos estados. Assim, partes do mesmo estado que apresentam distintos graus de desenvolvimento podem ser colocadas em regiões diferentes. Porém, esses limites não são imutáveis: caso as atividades econômicas, as quais influenciam as áreas do território, passem por alguma modificação, a configuração geoeconômica também pode mudar.

Outras Propostas de Regionalização

Regionalização do Brasil por Roberto Lobato Corrêa



http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Rita/flg386/2s2016/Regionalizacoes_do_Brasil.pdf

Outro geógrafo, chamado Roberto Lobato Corrêa, também fez uma proposta de regionalização que dividia o território em três: Amazônia, Centro-Sul e Nordeste.

No entanto, em sua proposta ele respeitava os limites territoriais dos estados, diferentemente da proposta das regiões geoeconômicas que acabamos de observar acima.

Regionalização do Brasil por Milton Santos



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1551&evento=5>

Os geógrafos Milton Santos e Maria Laura Silveira propuseram outra regionalização para o Brasil, que divide o território em quatro regiões: Amazônia, Nordeste, Centro-Oeste e Concentrada.

Essa divisão foi feita com base no grau de desenvolvimento científico, técnico e informacional de cada lugar e sua influência na desigualdade territorial do país.

A região Concentrada apresenta os níveis mais altos de concentração de técnicas, meios de comunicação e população, além de altos índices produtivos.

Já a região Centro-Oeste caracteriza-se pela agricultura moderna, com elevado consumo de insumos químicos e utilização de tecnologia agrícola de ponta.

A região Nordeste apresenta uma área de povoamento antigo, agricultura com baixos níveis de mecanização e núcleos urbanos menos desenvolvidos do que no restante do país. Por fim, a Amazônia, que foi a última região a ampliar suas vias de comunicação e acesso, possui algumas áreas de agricultura moderna.

As Regiões do Brasil ao Longo do Tempo

Os estudos da Divisão Regional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) tiveram início em 1941. O objetivo principal deste trabalho foi o de sistematizar as várias divisões regionais que vinham sendo propostas, de forma que fosse organizada uma única divisão regional do Brasil para a divulgação das estatísticas brasileiras.

A proposta de regionalização de 1940 apresentava o território dividido em cinco grandes regiões: Norte, Nordeste, Este (Leste), Sul e Centro. Essa divisão era baseada em critérios tanto físicos como socioeconômicos.

Regionalização do Brasil → década de 1940



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1557&evento=5>

IBGE e a Proposta de Regionalização

O IBGE surgiu em 1934 com a função de auxiliar o planejamento territorial e a integração nacional do país. Consequentemente, a proposta de regionalização criada pelo IBGE baseava-se na assistência à elaboração de políticas públicas e na tomada de decisões no que se refere ao planejamento territorial, por meio do estudo das estruturas espaciais presentes no território brasileiro. Observe a regionalização do IBGE de 1940 no mapa acima.

Regionalização do Brasil → década de 1950



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1558&evento=5>

Na década de 1950, uma nova regionalização foi proposta, a qual levava em consideração as mudanças no território brasileiro durante aqueles anos.

Foram criados os territórios federais de Fernando de Noronha, Amapá, Rio Branco, Guaporé, Ponta Porã e Iguazu – esses dois últimos posteriormente extintos.

Note também que a denominação das regiões foi alterada e que alguns estados, como Minas Gerais, mudaram de região.

Regionalização do Brasil → década de 1960



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1560&evento=5>

Na década de 1960, houve a inauguração da nova capital federal, Brasília. Além disso, o Território de Guaporé passou a se chamar Território de Rondônia e foi criado o estado da Guanabara. Observe o mapa a seguir.

Regionalização do Brasil → década de 1970



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1561&evento=5>

Na década de 1970, o Brasil ganha o desenho regional atual. É criada a região Sudeste, que abriga os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

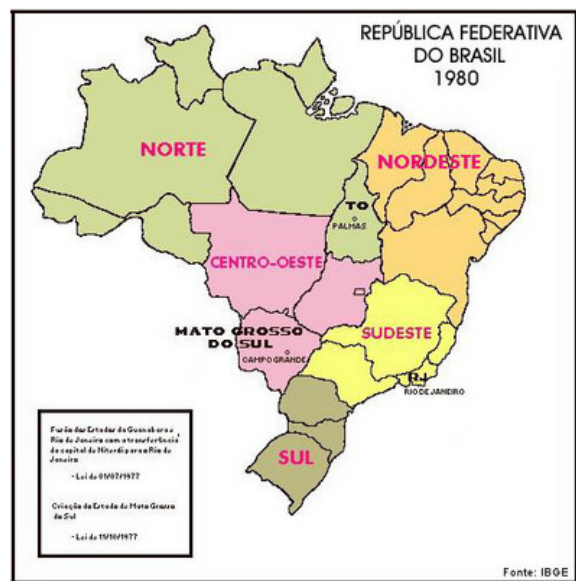
O Acre é elevado à categoria de estado e o Território Federal do Rio Branco recebe o nome de Território Federal de Roraima.

A regionalização da década de 1980 mantém os mesmos limites regionais. No entanto, ocorre a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro e a criação do estado do Mato Grosso do Sul.

A mudança nas regionalizações ao longo dos anos é fruto do processo de transformação espacial como resultado das ações do ser humano na natureza.

Assim, reflete a organização da produção em função do desenvolvimento industrial.

Regionalização do Brasil → década de 1980



<http://www.geografia.seed.pr.gov.br/modules/galeria/detalhe.php?foto=1562&evento=5>

A Regionalização Oficial do Brasil Atual

A regionalização oficial do Brasil é a de 1990 e apresenta as modificações instituídas com a criação da Constituição de 1988.

Os territórios de Roraima e Amapá são elevados à categoria de estado (o território de Rondônia já havia sofrido essa mudança em 1981); é criado o estado de Tocantins; e é extinto o Território Federal de Fernando de Noronha, que passa a ser incorporado ao estado de Pernambuco.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Técnico em Enfermagem

ATRIBUIÇÕES NA SAÚDE PÚBLICA; SAÚDE PÚBLICA; ENFERMAGEM EM SAÚDE PÚBLICA

A saúde pública é uma área vital dentro do sistema de saúde, dedicada à promoção da saúde, à prevenção de doenças e à proteção da população contra ameaças à saúde. Ela abrange uma ampla gama de atividades que visam melhorar a saúde das comunidades e populações, por meio de políticas públicas, educação em saúde, vigilância epidemiológica e acesso a serviços de saúde.

Dentro desse contexto, a enfermagem desempenha um papel central na saúde pública. Os enfermeiros atuam como agentes de promoção da saúde, educadores, gestores e líderes comunitários. Sua atuação vai além do cuidado direto ao paciente, envolvendo-se ativamente em programas de saúde coletiva que impactam a vida de milhares de pessoas.

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são diversas e variam conforme as necessidades da população e as políticas de saúde em vigor. Esses profissionais são fundamentais para a execução de programas preventivos, campanhas de vacinação, controle de doenças transmissíveis e não transmissíveis, além de serem agentes-chave na educação e conscientização da população sobre hábitos de vida saudáveis.

Atribuições do Enfermeiro na Saúde Pública

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são amplas e multifacetadas, englobando desde a promoção da saúde até o planejamento estratégico de programas de saúde coletiva. As principais áreas de atuação incluem:

- Promoção da Saúde e Prevenção de Doenças:

- Uma das atribuições centrais do enfermeiro na saúde pública é promover a saúde e prevenir doenças em nível comunitário. Isso inclui a realização de campanhas educativas que abordam temas como alimentação saudável, atividade física, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e vacinação. O enfermeiro atua diretamente nas comunidades, promovendo estilos de vida saudáveis e conscientizando a população sobre a importância de medidas preventivas para evitar doenças.

- Planejamento e Execução de Programas de Saúde Pública:

- Enfermeiros são frequentemente responsáveis pelo planejamento, execução e avaliação de programas de saúde pública. Eles colaboram com outros profissionais da saúde para desenvolver estratégias eficazes de intervenção, baseadas em evidências científicas e nas necessidades específicas da população. Exemplos incluem programas de controle da hipertensão, diabetes, saúde da mulher e saúde do idoso.

- Vigilância Epidemiológica e Controle de Doenças:

- A vigilância epidemiológica é uma área crucial na saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel fundamental na coleta, análise e interpretação de dados sobre a ocorrência de doenças. Eles estão envolvidos na identificação de surtos, na notificação de casos e na implementação de medidas de controle para prevenir a disseminação de doenças. Além disso, os enfermeiros podem participar ativamente em investigações epidemiológicas e no desenvolvimento de estratégias para reduzir a incidência de doenças infecciosas e crônicas.

- Educação em Saúde e Orientação à Comunidade:

- A educação em saúde é uma das principais responsabilidades dos enfermeiros na saúde pública. Eles educam indivíduos e comunidades sobre práticas de saúde que podem prevenir doenças e melhorar a qualidade de vida. Isso inclui a orientação sobre higiene pessoal, alimentação balanceada, uso correto de medicamentos, prevenção de acidentes e muito mais. A educação em saúde é fundamental para capacitar as pessoas a tomar decisões informadas sobre sua saúde e a de suas famílias.

- Ações em Saúde Ambiental e Saneamento Básico:

- Enfermeiros também estão envolvidos em iniciativas de saúde ambiental, que visam promover ambientes saudáveis e prevenir doenças relacionadas ao meio ambiente. Eles participam de ações de saneamento básico, como campanhas de controle de vetores, promoção do acesso à água potável e saneamento adequado, além de orientar as comunidades sobre práticas que podem reduzir o impacto de fatores ambientais na saúde.

Assistência e Cuidado no Contexto da Saúde Pública

Além das atribuições mencionadas, os enfermeiros desempenham um papel crucial na assistência direta a grupos vulneráveis e no manejo de doenças crônicas dentro da saúde pública.

- Atendimento a Grupos Vulneráveis (Idosos, Crianças, Gestantes):

- Os enfermeiros da saúde pública são responsáveis por prestar cuidados específicos a grupos vulneráveis, como idosos, crianças e gestantes. Eles realizam consultas de enfermagem, fazem o acompanhamento de pré-natal, monitoram o crescimento e desenvolvimento infantil, e implementam programas de imunização para proteger essas populações de doenças evitáveis. A atenção ao idoso inclui o manejo de doenças crônicas, prevenção de quedas e promoção do envelhecimento saudável.

- Manejo de Doenças Crônicas e Promoção da Saúde Mental:

- O manejo de doenças crônicas, como diabetes, hipertensão e asma, é uma área de destaque na saúde pública. Os enfermeiros desenvolvem planos de cuidados individualizados, monitoram a adesão ao tratamento e educam os pacientes sobre a importância de manter hábitos saudáveis para controlar sua condição. Além disso, a promoção da saúde mental é uma atribuição crescente, com enfermeiros envolvidos na identificação precoce de problemas de saúde mental, apoio psicológico e encaminhamento para serviços especializados.

- Atendimento em Campanhas de Vacinação e Ações Preventivas:

- As campanhas de vacinação são um dos pilares da saúde pública, e os enfermeiros desempenham um papel central na administração de vacinas, no monitoramento de eventos adversos e na educação do público sobre a importância da vacinação. Eles também participam de outras ações preventivas, como campanhas de rastreamento de câncer, distribuição de métodos contraceptivos e testes rápidos para HIV e outras DSTs.

- Participação em Programas de Saúde da Família e Comunitária:

- No Brasil, o Programa Saúde da Família (PSF) é uma estratégia fundamental para levar cuidados de saúde primários às comunidades. Os enfermeiros são membros essenciais das equipes de saúde da família, atuando na prevenção, promoção e recuperação da saúde. Eles realizam visitas domiciliares, promovem o cuidado integral e coordenam ações voltadas para a saúde comunitária, sempre com o objetivo de aproximar o serviço de saúde da população.

Gestão e Coordenação de Serviços de Saúde Pública

Além do cuidado direto ao paciente, os enfermeiros na saúde pública também desempenham papéis importantes na gestão e coordenação de serviços de saúde.

- Gestão de Recursos e Organização dos Serviços de Saúde:

- Enfermeiros frequentemente ocupam posições de liderança na gestão de recursos humanos, materiais e financeiros dentro dos serviços de saúde pública. Eles são responsáveis pela organização dos serviços, assegurando que as unidades de saúde estejam devidamente equipadas e que as equipes de saúde sejam adequadamente treinadas e dimensionadas para atender às necessidades da população. A gestão eficiente é essencial para garantir a qualidade do atendimento e a sustentabilidade dos programas de saúde pública.

- Coordenação de Equipes Multidisciplinares e Planejamento Estratégico:

- A saúde pública é um campo multidisciplinar, onde enfermeiros trabalham em estreita colaboração com médicos, assistentes sociais, nutricionistas, psicólogos e outros profissionais de saúde. Os enfermeiros frequentemente assumem papéis de coordenação, facilitando a comunicação entre os membros da equipe, garantindo que as metas de saúde sejam alcançadas de forma coesa e eficaz. Eles também participam do planejamento estratégico, ajudando a definir prioridades de saúde e a desenvolver políticas públicas que respondam às necessidades da comunidade.

- Avaliação de Programas de Saúde Pública e Indicadores de Saúde:

- A avaliação de programas de saúde pública é crucial para determinar sua eficácia e eficiência. Enfermeiros estão envolvidos na coleta e análise de dados, utilizando indicadores de saúde para monitorar o progresso dos programas e identificar áreas que precisam de melhorias. Através da avaliação contínua, os enfermeiros podem fazer recomendações para ajustes nos programas, assegurando que os recursos sejam utilizados da maneira mais eficaz possível.

- Desenvolvimento de Políticas Públicas de Saúde:

- Enfermeiros experientes e especializados em saúde pública podem contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas de saúde. Eles trazem uma perspectiva prática, baseada na experiência direta com as comunidades e no entendimento das necessidades locais. A participação dos enfermeiros no desenvolvimento de políticas garante que as estratégias de saúde pública sejam realistas, exequíveis e verdadeiramente voltadas para o bem-estar da população.

Desafios e Perspectivas na Enfermagem em Saúde Pública

A prática da enfermagem em saúde pública é desafiadora, mas também oferece muitas oportunidades para crescimento e inovação.

- Desafios Enfrentados pelos Enfermeiros na Saúde Pública:

- Enfermeiros na saúde pública enfrentam desafios significativos, incluindo a escassez de recursos, o trabalho em áreas remotas ou de difícil acesso, e a necessidade de lidar com uma alta carga de trabalho. Além disso, a resistência da comunidade à adesão a programas de saúde, seja por falta de informação ou por barreiras culturais, pode dificultar a implementação de intervenções de saúde pública. Outro desafio é a necessidade constante de atualização e capacitação, dada a natureza dinâmica e complexa das questões de saúde pública.

- A Importância da Formação Contínua e Capacitação Profissional:

- Para enfrentar esses desafios, a formação contínua e a capacitação são essenciais. Enfermeiros devem ter acesso a programas de educação permanente que os mantenham atualizados sobre as melhores práticas, novas tecnologias e métodos de intervenção em saúde pública. Além disso, é importante que os enfermeiros desenvolvam habilidades em áreas como gestão de recursos, comunicação e liderança, que são cruciais para o sucesso na saúde pública.

- Tendências e Inovações na Prática da Enfermagem em Saúde Pública:

- A prática da enfermagem em saúde pública está evoluindo rapidamente, com a incorporação de novas tecnologias, como sistemas de informação de saúde, aplicativos móveis para monitoramento de saúde, e telemedicina. Essas inovações têm o potencial de melhorar o acesso aos serviços de saúde, especialmente em áreas remotas, e de aumentar a eficiência dos programas de saúde pública. Além disso, há uma tendência crescente de integração dos cuidados de saúde mental nos serviços de saúde pública, reconhecendo a importância do bem-estar mental para a saúde geral.

- Perspectivas para o Futuro da Enfermagem em Saúde Pública:

- O futuro da enfermagem em saúde pública parece promissor, com oportunidades crescentes para os enfermeiros assumirem papéis de liderança em saúde pública. A necessidade de enfermeiros especializados em saúde pública continuará a crescer, especialmente à medida que a população envelhece e as demandas por serviços de saúde aumentam. Enfermeiros que são capazes de combinar habilidades clínicas com gestão e liderança estarão em uma posição privilegiada para influenciar políticas de saúde e melhorar a qualidade dos cuidados prestados à população.

Conclusão

As atribuições dos enfermeiros na saúde pública são vastas e de grande importância para a promoção e proteção da saúde coletiva. Desde o cuidado direto aos indivíduos até a gestão de programas de saúde, os enfermeiros desempenham um papel essencial em garantir que as comunidades tenham acesso a cuidados de saúde eficazes e equitativos.

A prática da enfermagem em saúde pública exige uma combinação de habilidades técnicas, conhecimento teórico e, acima de tudo, um compromisso profundo com o bem-estar da população. Enfrentar os desafios do dia a dia e adaptar-se às mudanças no cenário de saúde pública requer dedicação, resiliência e uma constante busca por atualização e inovação.

A contribuição dos enfermeiros na saúde pública é inestimável, e seu trabalho é fundamental para a construção de sistemas de saúde mais justos e eficazes. Ao continuar a expandir suas competências e a desenvolver novas estratégias para atender às necessidades da população, os enfermeiros em saúde pública estarão bem posicionados para enfrentar os desafios futuros e promover a saúde e o bem-estar das comunidades em que atuam.

PROCESSO SAÚDE- DOENÇA

Conforme está expresso na Constituição, a saúde não está unicamente relacionada à ausência de doença. Ela é determinada pelo modo que vivemos, pelo acesso a bens e consumo, à informação, à educação, ao saneamento, pelo estilo de vida, nossos hábitos, a nossa maneira de viver, nossas escolhas. Isso significa dizer que a saúde é determinada socialmente. Pode-se dizer, em termos de sua determinação causal, que o processo saúde-doença representa o conjunto de relações e variáveis que produzem e condicionam o es-

tado de saúde e doença de uma população, que variam em diversos momentos históricos e do desenvolvimento científico da humanidade¹.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), saúde é “um estado de completo bem-estar físico, mental e social e não apenas a ausência de doenças”.

A Lei n.º 8.080 define como fatores **determinantes e condicionantes da saúde**, dentre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer, o acesso aos bens e serviços essenciais e as ações que se destinam a garantir às pessoas e à coletividade as condições de bem-estar físico, mental e social. Essas ações são planejadas e executadas por outros setores do governo, com recursos específicos, e são consideradas ações intersetoriais de saúde.

Processo de Saúde e Epidemiologia²

O processo de saúde é discutido e posto como qualidade de vida das pessoas (Carta de Ottawa, 1986), tendo como fatores determinantes e condicionantes, entre outros, a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais. A saúde como processo dinâmico de bem estar físico, mental e social (adaptação do conceito da OMS) estabelece novas perspectivas epidemiológicas sobre a saúde populacional. Uma das mais inovadoras e transcendentais pelo seu caráter integrador e de repercussão internacional nas políticas de saúde pública foi a perspectiva canadense de Lalonde e Laframboise (1974), que definiu um marco compreensivo para a análise da situação de saúde e a gestão sanitária. No modelo de Lalonde, os fatores condicionantes da saúde na população estão localizados em quatro grandes dimensões da realidade, denominadas “campos da saúde”:

- A biologia humana, que compreende a herança genética, o funcionamento dos sistemas internos complexos e os processos de maturação e envelhecimento.

- O ambiente, que compreende os meios físico, psicológico e social.

- Os estilos de vida, que compreendem a participação laboral, em atividades recreativas e os padrões de consumo.

- A organização dos sistemas de saúde, que compreende os aspectos preventivos, curativos e recuperativos.

O Modelo dos Campos da Saúde colocou em evidência, no plano político e acadêmico, a importância de considerar uma visão mais holística ou integral da saúde pública. Os postulados centrais na proposta de Lalonde destacam que:

- A forma como é organizada ou deixam de se organizar os sistemas de saúde é um elemento-chave para a presença ou ausência de doenças na população;

- A prestação de serviços de atenção à saúde, o investimento tecnológico e tratamentos médicos não são suficientes para melhorar as condições de saúde da população;

- Os múltiplos fatores que determinam o estado de saúde e a doença na população transcendem à esfera individual e são projetados ao coletivo social.

1 VIANNA, Lucila Amaral Carneiro. UNASUS. UNIFESP. *Processo Saúde-Doença. Módulo Político Gestor.*

2 Organização Pan-Americana da Saúde. *Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010*

A partir das reflexões de Lalonde, foram observados importantes avanços da epidemiologia na busca de causas da doença, além do indivíduo, na comunidade e no sistema sociopolítico.

Na tarefa para integrar as dimensões biológicas, socioeconômicas e políticas ao foco epidemiológico, começa-se a reconhecer então o surgimento de um novo paradigma: a ecoepidemiologia (Susser e Susser, 1996), que dá ênfase à interdependência dos indivíduos ante o contexto biológico, físico, social, econômico e histórico em que vivem e, portanto, estabelece a necessidade de examinar múltiplos níveis de organização, tanto no indivíduo como fora dele, para a exploração de causalidade em epidemiologia.

Sob esse paradigma, os fatores determinantes de saúde e doença da população ocorrem em todos os níveis de organização, desde o microcelular até o macro ambiental, e não unicamente no nível individual. Além disso, os determinantes podem ser diferentes em cada nível e, ao mesmo tempo, os diferentes níveis estão inter-relacionados e influenciam mutuamente a ação dos fatores causais em cada nível. O risco de infecção de um indivíduo, por exemplo, está ligado à prevalência dessa infecção nos grupos humanos que o rodeiam; a prevalência do uso de drogas em um bairro também influencia o risco de o vizinho também vir a fazer uso de drogas. Desse modo, a doença na população, sob o paradigma ecoepidemiológico, é atribuída à complexa interação multinível dos determinantes da saúde.

Os determinantes da saúde conformam, assim, um modelo multinível que reconhece o conceito de que o risco epidemiológico é determinado individualmente, tanto histórica como socialmente. A relação entre os determinantes da saúde e o estado de saúde é, por isso, complexa e envolve muitos níveis da sociedade que, como foi indicado, atinge desde o nível microcelular até o macro ambiental.

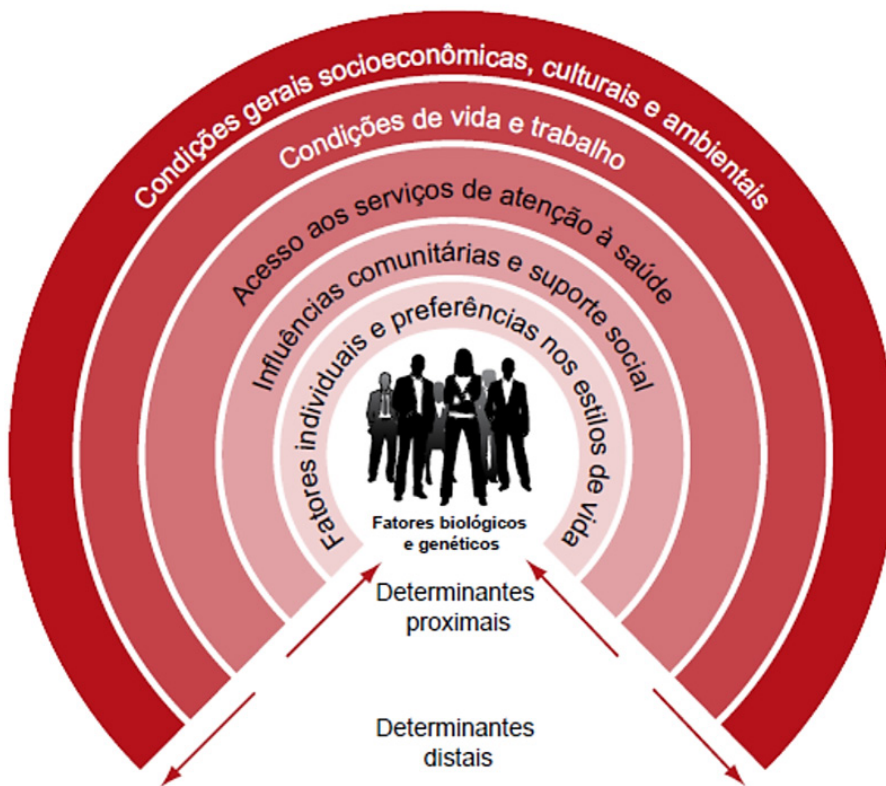


Figura 1: Traduzido e modificado de: Dahlgren & Whitehead, 1991³

Como está ilustrado, existe uma ampla categoria de determinantes da saúde, desde os determinantes proximais ou microdeterminantes, associados a características do nível individual, até os determinantes distais ou macrodeterminantes, associados a variáveis dos níveis de grupo e sociedade, isto é, populações.

Determinantes Sociais e Políticas Públicas

O setor Saúde não é o gestor das políticas de saneamento básico ou ambiental, mas deve participar da formulação dessas políticas, o que significa colaborar na definição das estratégias de atuação daqueles setores, em cada esfera de governo, especialmente pela identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde da população, pela disponibilização de informações epidemiológicas e ainda pela execução de ações de saneamento típicas do setor Saúde, tais como o controle de vetores, da poluição sonora, da

³ Organização Pan-Americana da Saúde. Módulos de Princípios de Epidemiologia para o Controle de Enfermidades. Módulo 1: apresentação e marco conceitual. Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2010